

JÚLIA MONSEFF RODRIGUES DA SILVA

A racionalidade na teoria da ação social de Max Weber

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Sociais, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais. Orientação de: Prof. Dr. Carlos Eduardo Sell.

Florianópolis, 2015.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, Julia
a racionalidade na teoria da ação social de Max Weber /
Julia Silva ; orientador, Prof, Dr Carlos Eduardo Sell -
Florianópolis, SC, 2015.
42 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas. Graduação em Ciências Sociais.

Inclui referências

1. Ciências Sociais. 2. Ação social. 3. Racionalidade.
4. Max Weber. I. Sell, Prof, Dr Carlos Eduardo . II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Ciências Sociais. III. Título.

Julia Monseff Rodrigues da Silva

**A RACIONALIDADE NA TEORIA DA AÇÃO SOCIAL
DE MAX WEBER**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel, e aprovado em sua forma final pelo Programa de Graduação em Ciências Sociais a com nota ____.

Florianópolis, 16 de dezembro de 2015 .

Prof. Jeremy Paul Jean Loup Deturche , Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Dr. Carlos Eduardo Sell, UFSC
Professor Orientador

Me. Adan Freitas, UFSC
Membro da Banca Examinadora

Dr. Alan Mocellin, UFSC
Membro da Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus amáveis e eternos pais, este trabalho é tanto meu quanto deles. Seria injusto de minha parte agradecer apenas pelo apoio que me foi dado, uma vez que, toda a estrutura emocional e intelectual da qual desfruto foi construída por eles: ao amor e carinho de minha mãe e as instigações filosóficas de meu pai, meu muito obrigada. A toda a minha família, a qual sempre pude recorrer quando precisei.

A meu orientador Carlos Eduardo Sell, que muitas vezes desempenhou o papel de amigo em tantas crises a respeito deste traiçoeiro terreno que é a teoria sociológica. Também a meus caros amigos, que passaram a ser minha família florianopolitana, com especial carinho a meus irmãos de escolha: Marieli, Renata, Augusto, Helena, Café e Guilherme que neste tempo foram aqueles a quem recorri em momentos de conflito e alegrias.

Para aquela que me ouviu em tantas crises, me deu tantas broncas, mas me compreende como ninguém jamais compreenderá, para a pessoa que eu admiro, minha inspiração para força, perseverança e determinação, minha melhor amiga, confidente, protetora e arqui-inimiga, minha irmã

Um agradecimento carinhoso para aquele que apareceu em minha vida em um momento de conclusão desta fase que é a graduação, pelas broncas, paciência e apoio nos momentos de crise, ao meu amor, Felipe.

“Ele costumava sempre dizer que só havia uma Estrada, que se assemelhava a um grande rio: suas nascentes estavam em todas as portas, e todos os caminhos eram seus afluentes. ‘É perigoso sair porta afora, ele costumava dizer. ‘Você pisa na Estrada, e se não controlar seus pés, não há como saber até onde você pode ser levado...”
(TOLKIEN, 2002)

RESUMO

Ao refletir sobre como Max Weber relaciona racionalidade e ação social, desenvolvemos as seguintes perguntas: 1) como analisar as ações sociais a partir do critério da racionalidade? 2) O que significa dizer que uma ação social é racional? No primeiro capítulo apresentamos a posição metodológica do autor (o individualismo metodológico), trazendo para a discussão a forma como o mesmo estruturou sua análise, bem como discutimos a tipologia da ação social weberiana segundo seus principais intérpretes. No segundo capítulo analisamos a racionalidade da ação social a partir da perspectiva do observador social, mostrando qual o papel da mesma no momento da compreensão da agir social. No terceiro capítulo abordamos a racionalidade a partir da lógica do agente social, ou seja, como a mesma opera no esquema dos quatro tipos de ação social de Max Weber. Ao distinguir entre essas diferentes perspectivas, demonstramos como Weber varia entre uma abordagem descendente e outra ascendente de escalas de racionalidade.

Palavras-chave: Max Weber, Ação Social, Racionalidade

ABSTRACT

To reflect on how Max Weber understood rationality in social action, we have developed the following questions: 1) how do we analyze the social actions from the criterion of rationality? 2) What does it mean when we say that a social action is rational? In the first chapter we present the methodological position of the author (methodological individualism), bringing to the discussion the way he structured his analysis as well as discuss the type of Weber's social action according to his main performers. In the second chapter we analyze the rationality of social action from the social observer's perspective, showing also its role in the understanding of social action. In the third chapter [1] we approach the rationality from the social worker logic, that is, how it operates in the scheme of four types of social action of Max Weber. [2] By distinguishing between these different perspectives, we demonstrate how Weber varies from a top-down approach and the other upward of rationality scales.

Keys words: Max Weber; Social Action; Rationality

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO E A TIPOLOGIA DA AÇÃO SOCIAL.....	19
1.1. O individualismo metodológico de Max Weber.....	19
1.2 A tipologia weberiana da ação social: interpretações....	23
CAPÍTULO II: A RACIONALIDADE NA PERSPECTIVA DO OBSERVADOR.....	30
2.1. Compreensão racional e intuitiva.....	30
2.2.Racionalidade descendente desviante.....	35
CAPITULO III: A RACIONALIDADE NA PERSPECTIVA DO ATOR SOCIAL.....	39
3.1Racionalidade ascendente progressiva.....	39
3.2 Racionalidade dual (instrumental e valorativa).....	44
CONSIDERAÇÕESFINAIS.....	50
REFERÊNCIAS.....	52

INTRODUÇÃO

A questão da racionalidade é central nos debates sociológicos tanto para aqueles que se preocupam com questões microsociais referentes ao mundo da vida quanto para aqueles voltados ao plano macrossocial das instituições sociais, como partidos, mercado, direito, religiões, entre outras esferas. Os teóricos da racionalidade englobam desde as teorias da escolha racional com James Coleman e Mancur Olson, até sociologias metodológicas compreensivas racionais como a de Max Weber, passando pelas chamadas “microsociologias” (interacionismo simbólico, fenomenologia, etnometodologia, etc.) alçando até mesmo a teoria crítica de Jürgen Habermas. Nessas diferentes teorias discute-se qual o papel da razão ou da racionalidade no agir humano: como e em que medida a racionalidade é o principal instrumento para compreender como as pessoas se comportam? Os indivíduos, realmente, agem racionalmente?

Atualmente a teoria social centra seus principais debates em torno do problema da relação entre a ação social no plano micro e as instituições no plano macrossocial, perpassando campos como o direito, a política, a ciência, a economia, a religião, etc.. A preocupação com o entendimento da ação humana é o princípio para o entendimento do todo social, partindo do micro e elevando-se até o macro. Desta forma, a importância da teoria social da ação se faz essencial no debate para o entendimento e a construção de um todo social. Concomitante, o estudo da racionalidade se torna indispensável no debate dos teóricos da ação social, uma vez que, para que seja possível a análise da mesma é necessário que o agente possua na sua ação traços pelo qual o observador possa apreender intelectualmente, isso é, compreender por meio do raciocínio quais os meios ou fins planejados por determinado agente.

Apesar da temática estar presente em diversas correntes da teoria da ação, este trabalho se limitará a análise da sociologia de Max Weber. Como as duas questões postas acima são respondidas por Max Weber? Essas são as questões norteadoras dessa pesquisa e para respondê-las, temos os seguintes objetivos:

Objetivo geral:

Determinar quais os critérios que definem a racionalidade da ação social na corrente da sociologia compreensiva de Max Weber.

Objetivos específicos:

- 1.** Identificar o modo pelo qual Max Weber utiliza a racionalidade como instrumento de observação da ação social por parte do observador;
- 2.** Identificar os critérios pelos quais Max Weber concebe a racionalidade da ação social na perspectiva do próprio agente social;

A discussão teórica não é muito comum em projetos de conclusão de curso, sendo estes, em regra, um exercício de aplicação empírica dos conceitos teóricos. Poucos têm sido os pesquisadores iniciantes que tem se aventurado no estudo teórico em si mesmo, com o intuito de compreender as discussões específicas que se dão neste campo. No entanto, é meu desejo prosseguir meus estudos na área da teoria social e sociológica. Despertei para esse tema quando estava envolvida nos projetos do grupo de estudo de teoria sociológica, coordenado pelo prof. Dr Carlos Sell. Um desses projetos foi a organização de uma série de palestras com grandes interpretes de Max Weber como homenagem aos cem anos do autor. Um dos palestrantes foi Gent Albert, o qual explorou bem o tema da racionalidade da ação e a importância da discussão da teoria pura para um avanço na

construção de um paradigma weberiano, me interessei muito pelo tema e comecei o desenvolvimento deste trabalho.

Desta forma, pretendo com esse trabalho contribuir para com o esclarecimento e até a atualização do paradigma weberiano, apresentando uma nova análise da teoria racional da ação social. Tal projeto está inserido e acoplado em pesquisa teórica desenvolvida por Carlos Eduardo Sell em colaboração com a Universidade de Heidelberg que busca discutir as possibilidades de um “programa de pesquisa” weberiano (conforme a definição de Wolfgang Schluchter (2014)).

O presente projeto se configura especificamente no plano do debate teórico. Logo, a metodologia a ser utilizada para o desenvolvimento da mesma se restringirá a análise teórica/documental propriamente dita. Para fins de melhor esclarecimento de como será desenvolvido, explorarei os objetivos específicos. A partir do objetivo primeiro se realizará a discussão de quais os critérios utilizados para determinar uma ação social, isso é: quais as premissas necessárias para que tal se classifique como ação social relacionada a fins, racional relacionada a valores, valorativa ou tradicional. Tal análise englobará tanto a fonte primeira, com a obra *Economia e Sociedade* de Max Weber, quanto a literatura secundária do tema. Concluindo o objetivo primeiro, partiremos para o segundo, elucidar qual o tipo de racionalidade operante em cada um dos tipos de ação social, explorando a definição weberiana da mesma.

Para atingir nossos objetivos, o trabalho está organizado da seguinte maneira: No primeiro capítulo abordaremos a metodologia weberiana, assim como a tipologia da ação social de Max Weber segundo seus principais intérpretes. A discussão acerca da metodologia a qual ele pertence é necessária para podemos compreender a lógica pela qual o autor estrutura sua teoria: sem tal elucidação não seria possível compreendermos como opera a esfera micro (foco deste trabalho). Antes de discutimos como nós compreendemos a ação social, recorreremos a outras

interpretações, tornando o esquema da ação social mais claro para nós. Tendo localizado o autor no campo da metodologia e introduzido o esquema das ações sociais podemos prosseguir para o tema central: a racionalidade. No segundo capítulo analisaremos a racionalidade a partir daquele que observa a ação social e o modo pelo qual o observador utiliza da racionalidade como instrumento de compreensão da ação social. Finalmente, no terceiro capítulo, explicaremos a racionalidade para o agente social, como o ator social pode articular a racionalidade ao desempenhar ação. Na conclusão enfatizamos como Weber diferencia entre um uso metodológico e outro ontológico na relação entre ação e racionalidade

CAPÍTULO I

INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO E TIPOLOGIA DA AÇÃO SOCIAL

Neste primeiro capítulo trataremos da posição metodológica na qual Max Weber se enquadra. Tal análise se faz necessária para que possamos ter uma melhor compreensão de como se estrutura a teoria weberiana em seu conjunto, já que estamos trabalhando com questão da ação social, tema central de sua abordagem.

Depois de feita tal explicação, discutimos as diferentes interpretações feitas da tipologia weberiana da ação social, isto é, a forma como os intérpretes de Weber buscaram compreender e categorizar a mesma. O intuito é clarificar a forma como tal tema já foi abordado, para que, a partir de então, possamos prosseguir nossa análise em busca do tema específico da ação e de sua racionalidade.

1.1. O individualismo metodológico de Max Weber

Primeiramente, para fins de melhor esclarecimento a respeito da ação social se faz necessário localizar o autor aqui estudado em sua dimensão metodológica. Isto é, como podemos categorizar a metodologia de Max Weber?

O debate a cerca do holismo versus individualismo metodológico tem sido central nas teorias sociológicas. Como nos apresenta Sell em seu artigo “Weber no século XXI: desafios e dilemas de um paradigma weberiano” (2014), este autor clássico foi usualmente apontado como o patrono do individualismo metodológico, porém, o mesmo não pode ser facilmente alocado em tal posição, uma vez que, em seu contexto histórico o debate não se desenvolvia na relação Individualismo versus Holismo. Em seu artigo, Sell (2014) segue a posição de um dos principais intérpretes de Weber, Gert Albert que estabeleceu um critério de três elementos para se classificar uma teoria metodologicamente, sendo elas:

1- Nível emergente: se refere as estruturas sociais, imputando se as mesmas possuem independência em relação ao nível micro, isto é, possui uma geração própria ou se faz necessária a redução ao nível micro.

2- Causalidade: analisa a co-dependência entres os níveis, estabelecendo se a direção da causalidade se dá do micro para o macro ou do macro para o micro, ou seja, podendo partir da ação para a estrutura ou da estrutura para ação.

3-Explicação: a questão em voga seria se o que decorre é apenas um problema de definição explicável por meio de clarificação analítica ou se, de fato, trata-se de uma explicação causal, levando a explicação de qual a natureza da relação operante entre o micro e o macro.

Por meio da combinação desses três elementos o autor estabelece quatro posições possíveis na teoria sociológica, sendo elas respectivamente:

1. *Individualismo metodológico moderado*: (micro-micro-macro): Neste primeiro modelo a teoria aceita que o nível estrutural possua elementos próprios, mas a relação é de tipo fraco. Em outras palavras, só é plausível observar as mudanças na estrutura devido às alterações ocorridas no nível das ações sociais. Logo, a relação de casualidade é estabelecida na direção do nível micro para o nível macro.

2. *Individualismo metodológico radical*: (micro-micro): A estrutura não influi de forma alguma sobre o nível dos atores, pois a mesma não possui quaisquer propriedades intrínsecas. Fica estabelecida a impossibilidade de qualquer influência do plano macro sobre o plano micro. O nível estrutural é aqui entendido como um aglomerado de elementos individuais provindos dos atores sociais.

3. *Holismo metodológico radical*: (macro-macro): compreende a análise apenas do plano macro e estabelece que o mesmo possui um auto-funcionamento, excluindo o nível dos agentes por completo de seu teoria.

4. *Holismo metodológico moderado* (posição de Albert): (macro-micro-macro): Assinala a diferença entre o nível estrutural e o nível dos agentes. Identifica que o plano macro possui características próprias, porém as mesmas podem ocorrer tanto de forma fraca quanto de forma forte em relação ao plano micro. Desta forma, esse modelo aceita a possibilidade da inferência tanto do plano da ação sobre a estrutura quanto da estrutura sobre o plano da ação. Para fins de uma melhor organização, apresento, como Sell, os modelos acima tabelados segundo Albert

5. .
 Quadro 01 - Diferença entre individualismo e holismo

	Holismo Radical	Individualism o radical	Individualism o moderado	Holismo moderado
Emergência	Forte	Inexistente	Fraca	Forte e Fraca
Causalidade	Same-level causation (macro)	Same-level causation (micro)	Apenas upward causation (macro-micro-macro)	Também downward causation (macro-micro-macro)
Relação Micro-Macro	Fusão do micro no plano macro	Proposições analíticas	Explicações fortes	Explicações fracas
Modelo explicativo	Macro-macro	“Macro”-micro-“macro”	Macro-micro-macro	Macro-micro-macro

Fonte: Albert (2005:389)

Para Albert, Weber se enquadraria como um holista moderado devido a importância que o mesmo confere ao nível estrutural, como o fez com o sistema econômico. A partir da análise de obras como a

“Ética protestante e o espírito do capitalismo” o intérprete considerou como mais adequado enquadrá-lo em tal modelo. Porém, uma vez criticado por outros pesquisadores ele acabou desenvolvendo um novo modelo intitulado de terceira via, isto é, um modelo teórico que não prioriza nem a estrutura nem a ação social, mas confere a possibilidade de uma análise integrada das duas formas, criando um novo paradigma de análise. Em regra, essa posição é conhecida na sociologia como “relacionismo metodológico” ou abordagem do “novo movimento teórico”, pois ela busca integrar o nível micro e o nível macro na análise sociológica.

Sell, todavia, acredita que Weber se enquadraria melhor como um individualista moderado, visto que a sua análise parte do plano da ação social e como os indivíduos estabelecem suas relações para, então, passar ao plano das esferas (estruturas).

Em consonância com Sell, também acredito que o autor se enquadra em tal modelo teórico. Chamo a atenção para a nota 9, parágrafo 01 do capítulo 01 de seu livro “*Economia e Sociedade*” na qual o autor vislumbra a correlação entre o plano micro e macro da seguinte forma

A interpretação da ação deve tomar nota do fato fundamentalmente importante de que aquelas formações coletivas, que fazem parte tanto do pensamento cotidiano quanto do jurídico (ou de outras disciplinas), são representações de algo que em parte existe e em parte pretende vigência, que se encontram na mente de pessoas reais(não apenas dos juízes e funcionários, mas também do “público”) e pelas quais se orientam suas ações). Como tais, tem importância casual enorme, muitas vezes até dominante para o desenrolar das ações das pessoas reais. Isto se aplica especialmente às representações de algo que *deve ter vigência* (ou não a deve ter). (Um “Estado” moderno existe em grande medida dessa maneira- como complexo de específicas ações conjuntas de pessoas- porque determinadas pessoas orientam suas ações pela ideia de que este existe ou deve existir dessa forma, isto é, de que estão em vigor regulamentações com aquele caráter juridicamente orientado. (WEBER, 2004, p. 9)

A partir desta nota pode-se perceber a importância do plano micro, apontando como as relações sociais propiciam a efetividade da

estrutura, como o Estado. Porém, o Estado não é apenas um elemento operante existente devido a crença dos indivíduos ou conglomerado do mesmo, pois ele também pretende *vigência*. Isto significa que, como estrutura, ele possui um grau de autonomia em relação ao micro. A estrutura existe tanto no que se refere a crença das pessoas nessa esfera quanto no fato da mesma influir coercitivamente sobre os atores.

1.2. A tipologia weberiana da ação social: interpretações

Passemos agora para a ação social propriamente dita. Weber compreende a ação social como “uma ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento dos outros, orientando-se por este em seu curso” (WEBER, 2004, p. 3). Logo, toda a ação se enquadra como social na medida em que o ator orienta seu agir com base no comportamento de outro.

O autor formulou quatro tipos de ação social, as quais representam um dos princípios metodológicos da sociologia weberiana e serão o principal ponto de análise deste trabalho, sendo elas: 1) racional relacionada a fins; 2) racional relacionada a valores; 3) tradicional e, 4) afetiva. Para fins de uma melhor compreensão das mesmas apresento e discuto (com base no levantamento de Etzrodt (2005)) diferentes interpretações sobre a arquitetura dessa tipologia).

O objetivo desse tópico ainda não é explicar qual o lugar e o papel da racionalidade na determinação das formas de ação, nem explicar cada uma individualmente. Isso será detalhadamente explicado nos próximos capítulos. O problema, aqui, é outro, ou seja, é explicar como Weber elaborou a arquitetura dos seus tipos de ação. A questão fundamental é: como elas se relacionam entre si? Como esses quatro tipos weberianos se conectam e qual é sua plataforma constitutiva? Vejamos algumas teorias à respeito.

Na visão de Allerbeck, como mostra Etzrodt (2005), podemos compreender a tipologia weberiana da ação levando em conta três critérios: *motivated behavior* (comportamento motivado) *intentional action* (ação intencional) e *means-ends consideration* (consideração de meios e fins). Temos, assim, o seguinte quadro:

Quadro 01: Klaus Allerbeck's classification of Weber's action types (1982: 671ff.)

	Motivated behavior	Intentional action	Means- ends consideration
Instrumentally rational action	?	O	O
Value rational action	?	O	-
Affectual behavior	O	- (causal)	?
Tradional behavior	-	?	?

Fonte: ETZRODT(2005:93)

Com base nesses critérios, podemos ver que a *ação racional com relação a fins* possui duas propriedades: ela é tanto intencional quanto leva em conta a relação fins e meios. Mas, ela também pode (ou não) ser um comportamento motivado. A *ação racional com relação a valores* também é intencional, mas ela não leva em consideração fins e meios. De qualquer forma, está aberto se ela é motivada ou não. Por fim, este autor entende que a diferença entre o comportamento tradicional e o afetivo se dá por meio da categoria de motivação, isto é, o *comportamento tradicional* não é motivacional, por outro lado, o *comportamento afetivo* se distingue da ação social com relação a valores tanto pela categoria de motivação quanto pela ausência da intencionalidade da ação. Desta forma, podemos compreender que o

autor assina sua análise sobre as bases de intencionalidade e de comportamento motivado. Correlacionando estas duas bases o autor separa as quatro ações em duas categorias de comportamento.

Outro intérprete de Weber, intitulado Dobert, propõe uma classificação das ações tendo por base o nível de controle do agente na decisão da mesma, isto é, a relação de consciência no processo de decisão propriamente dito. Ele estabelece o nível de racionalidade pautado nas categorias, means (meios), ends (fins), values (valores) e expected results (resultados esperados). Utiliza como critério primordial para a definição da racionalidade na ação a questão meios/fins. Tanto a ação racional com relação a fins está vinculada a dimensão meios/fins como as demais ações também se utilizam da lógica instrumental, porém com outra relação de dependência. Conforme explica Etzrodt “para Döbert, também o comportamento tradicional leva em consideração os meios e os fins, mas eles não são escolhidos pelo ator, mas culturalmente estabelecidos. O número de meios e fins alternativos se reduz a um.¹” (ETZRODT 2005, p. 93). O quadro de classificação da ação para Dobert se apresenta da seguinte forma:

Quadro II: Döbert’s classification of Weber’s action types (1989:

231)

	m	E	V	Expecte
	eans	nds	alues	d results

¹ “For Döbert also traditional behavior is concerned with means and ends, but they are not chosen by the actor but rather culturally bestowed. The number of alternative means and ends is set to one.”

Instrumentally rational action	X	X	-	X
Value rational action	X	-	X	-
Traditional behavior	X (n-1)	X (n-1)	-	-
Affectual behavior	X (affect)	-	-	-

Fonte: ETZRODT (2005: 93)

Um terceiro intérprete, Wolfgang Schluchter, nos oferece duas teorias para entender o esquema de Weber. Segundo uma versão mais antiga, ele faz uma interpretação da distribuição das ações com base no nível de racionalidade operante em cada um dos tipos de ação. Para o autor, o nível de racionalidade seria medido a partir da combinação de quatro elementos, means (meios); ends (fins); values (valores) e expected results (resultados esperados). Ele estabelece que a ação seria tão mais racional quanto levasse em conta o maior número desses elementos, imputando a ação mais racionalmente possível aquela que combinasse todos os elementos. Logo, age de maneira estritamente racional com relação a fins aquele que pauta sua ação no cálculo logicamente possível dos melhores meios para atingir esperado fim. A proposta de Schluchter pode ser esquematizada da seguinte forma:

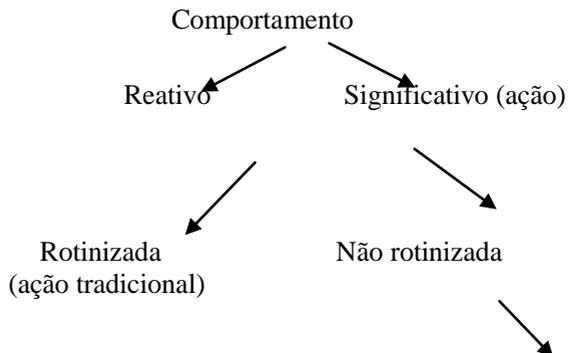
Quadro III: Wolfgang Schluchter's classification of Weber's action types (1979)

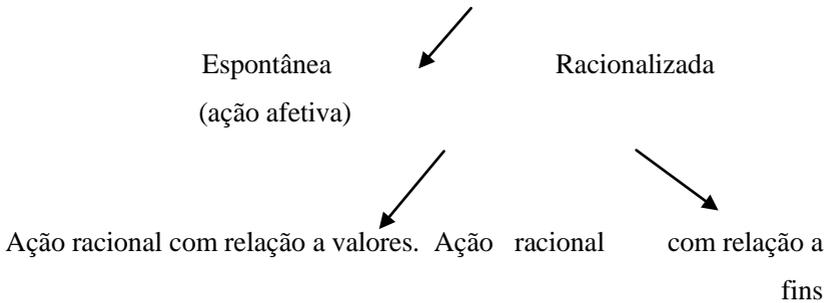
	Means	Needs	Values	Expected results
Instrumentally rational action	X	X	O	O
Value-rational action	X	O	O	-
Affectual behavior	X	O	-	-
Traditional behavior	X	-	-	-

Fonte: ETZRODT (2005: 92).

No entanto, em sua obra mais recente, Schluchter mudou sua interpretação. Assim, em vez de utilizar a tabela acima, ele preferiu fazer uso de uma grade descendente, como segue:

Esquema I: Tipologia da ação social





Fonte: GARCEZ (2014:72)

A partir deste novo modelo de análise da ação constata-se que o autor abandonou a relação hierárquica obtida por meio do grau de racionalização, para uma interpretação da ação pautada nos demais elementos que a compõe, sem elencar a racionalidade como a principal delas. A mudança imputa que as ações não mais são elencadas pela falta de certas categorias, como antes era feito. Mas pela inclusão das mesmas.

Tendo por base o comportamento, se este for apenas reativo não figura uma ação social; caso seja significativo e rotinizado se caracteriza como a ação tradicional; aquele que for tanto significativo quanto não rotinizado e espontâneo assinala-se como a ação afetiva; e por fim, o comportamento significativo, não rotinizado e racionalizado pode ser entendido tanto como a ação racional relacionada a valores quanto a ação racional relacionada a fins.

Para não deixarmos nosso leitor confuso, resumamos o exposto até agora. Vejamos que cada um dos autores elencados organiza a tipologia weberiana da ação segundo diferentes princípios ordenadores:

- Allerbeck: as ações se diferenciam em dois grandes grupos: ações intencionais (racionais) e ações motivadas (irracionais);
- Döbert: o que diferencia um tipo de ação do outro é o seu grau de controle ou consciência;
- Schluchter 1: as ações obedecem a um esquema decrescente de racionalidade;
- Schluchter 2: as ações obedecem a um esquema ascendente de racionalidade,

No andamento deste trabalho adotaremos a posição defendida por Schluchter em sua obra mais recente. Portanto, tendo apresentado no

que consiste a tipologia weberiana da ação em conjunto e como ela se organiza, já podemos partir para o esclarecimento do papel da racionalidade na determinação da ação.

CAPÍTULO II

A RACIONALIDADE NA PERSPECTIVA DO OBSERVADOR

Neste segundo capítulo será abordada a racionalidade a partir daquele que observa a ação social. Logo, precisamos determinar qual o objetivo da mesma no momento da compreensão e da explicação de determinada ação social da parte do investigador social. O foco da análise não é como a racionalidade está presente nas formas de ação do próprio sujeito. Em outros termos, não se trata de verificar como os indivíduos agem. Trata-se, isto sim, de dirigir nossa atenção para o analista, para o sociólogo mesmo, e perguntar como, para Max Weber, a racionalidade é um instrumento que este utiliza para observar e compreender a ação. A racionalidade é, portanto, um instrumento metodológico do pesquisador. Ou ainda: a racionalidade é um instrumento de compreensão à disposição do pesquisador.

A pergunta a ser feita, neste caso, não é: como age o indivíduo. Antes de responder a essa questão, existe uma anterior: como é possível compreendê-la? A racionalidade tem um papel importante nesse processo. Weber utiliza a racionalidade como tipo ideal, isto é, como um instrumento metodológico da qual o observador faz uso para poder atingir a evidência e compreender a lógica de determinada ação social. Assim sendo, vamos explicar o que se figura como compreensão e a maneira como a racionalidade é utilizada para atingir o fim da evidência da ação. Veremos que, nesse caso, a racionalidade é pensada típico-idealmente de modo hierárquico e a partir da lógica do desvio.

2.1. Compreensão racional e intuitiva

O conceito de compreensão na obra de Weber é de central importância. A vital importância desse conceito se caracteriza pelo fato do autor o ter utilizado como ferramenta para a instrumentalização da sociologia, conectando o objeto da sociologia e o papel do próprio sociólogo. Devido à amplitude e complexidade de tal conceito, trabalharemos com a definição utilizada na obra *Economia e Sociedade*.

Max Weber estabeleceu conceitos chaves para a análise sociológica. Ao criar sua metodologia, conhecida por sociologia

compreensiva, o autor utilizou de termos centrais como *Verstehen* (Compreensão; *Deuten* (interpretação) e *nachführend Verstehen* (interpretação intuitiva). Utilizando desses conceitos como ferramentas, o autor estipula uma maneira do sociólogo compreender a ação social dos agentes. O ponto de inovação de sua metodologia foi a junção do conceito de interpretação com o de explicação. Como nos mostra Ringer, Weber: “sempre considerou a interpretação como um elemento da análise causal, escrevendo a respeito da necessidade de uma interpretação explicativa e recomendando em última análise uma sociologia compreensiva (*verstehende Soziologie*). (RINGER, 1997, p. 92)² .

A compreensão da ação social é feita a partir do observador, o qual para obter êxito em sua tarefa procura a evidência da mesma. Com nós mostra Freund (2003), em sua obra *Sociologia de Max Weber*, a compreensão está vinculada diretamente com a busca do sentido da ação. A compreensão se torna possível na medida em que podemos estabelecer uma conexão de sentido visada:

Explicação significa, portanto, para uma ciência ocupada com o sentido da ação, algo como: apreensão da conexão de sentido a que pertence uma ação compreensível de maneira atual, segundo seu sentido subjetivamente visado. (WEBER, 2004, p.6)

Tal evidência pode ser tanto de caráter racional quanto intuitivamente compreensiva. O primeiro caso tem um sentido lógico ou ainda matemática/econômico, e o segundo diz respeito a dimensão emocional/artística. Em outros termos, existe uma forma racional e outra não racional de compreensão.

Na **compreensão racional** a evidência é obtida por meio de uma conexão de sentido lógica/matemática, pois o observador é capaz de estabelecer *intelectualmente* a conexão de sentido visado pelo ator.

² No original: “always regarded interpretation as an element in causal analysis, writing of the need for 'interpretive explanation,' and ultimately recommending an 'interpretive sociology' (*verstehende Soziologie*)”.

No momento da compreensão, o sentido da ação social é estabelecido pelo observador, isto é, pauta-se no sentido que o intérprete estabelece para determinado ato. Logo, o ator social não participa subjetivamente da interpretação: o sentido da ação é estabelecido pelo observador e não por aquele que a está desempenhando. A compreensão racional se afigura quando a evidência da ação é obtida por meio da apreensão intelectual. Por exemplo, quando um ator social desempenha um cálculo econômico ou, por meio de um discurso retórico é capaz de formular uma explicação intelectual de um fenômeno (dedução lógica). Seguindo a evidência racional, o observador pode compreender quais são os fins e valores de determinada ação social.

A **compreensão intuitiva** (ou irracional) é, por outro lado, utilizada nas ações sociais que não se caracterizam como racionais. A ação adquire significado para o observador por este reconhecer na ação uma experiência já vivida por ele, e por isso ele é capaz de compreender seu sentido.

A evidência é obtida por meio da conexão emocional já experimentada pelo observador. Quanto mais familiarizado o observador estiver com os valores/emoções de determinada ação, mais evidente será sua compreensão. Por exemplo, quando um agente irrompe em um ataque de cólera. Conforme Weber

Intuitivamente evidente, no caso da ação, é o que se revive plenamente em sua conexão emocional experimentada. Racionalmente compreensíveis, isto é, nesse caso, direta e inequivocadamente apreensíveis em seu sentido intelectual, são principalmente, e em grau máximo, as conexões de sentido que se encontram na relação de proposições matemáticas entre si. (WEBER, 2004, p.4)

A diferenciação entre essas duas formas de compreensão figura apenas no plano teórico, ou seja, para uma organização metodológica, visto que, para o autor, no cenário empírico, as ações não são essencialmente separadas em caráter racional ou emotivo, mas estão misturadas no decorrer de uma ação social. Como reafirma Ekstrom

(2005)³, apesar do autor se referir ao nível macro, a ideia da integração de uma compreensão racional (conhecimento de causa e efeito) e intuitiva (elucidação social e cultural) se figura de maneira clara, de tal forma que

A perspectiva integrada envolve a compreensão interpretativa como um requisito necessário para sua explicação causal na história e ciências sociais. É necessário por um lado a elucidação social e cultural do sentido daquilo que é causalmente explicado, e por outro lado atrelando o conhecimento no processo que conecta causa e efeito.” (EKSTROM, 2005, p.110).

A partir da interpretação feita utilizando as passagens de Economia e Sociedade e em consonância com os intérpretes citados acima, adotamos a posição de que para que o observador social obtenha êxito na busca pela evidência o mesmo deve utilizar tanto da compreensão intuitiva quanto racional, uma vez que uma ação social transcorrida no plano empírico abrange elementos de ambas as formas de compreensão. Tal interpretação está em consonância com a teoria de Gabriel Cohn (2003), ainda que chame a atenção para este autor, pois em um primeiro momento a interpretação que o mesmo dá a respeito da compreensão pode parecer contrária a que estamos propondo, uma vez que, para ele

Para chegar-se a compreensão, é preciso romper os limites opacos da vivência, convertendo-a em objetivo da análise (WEBER, 1973:104). Segundo, a tentativa de captar o significado de um fenômeno mediante sua revivência acarreta o risco de confundir a vivência própria com a do sujeito da ação que se pretende conhecer. Enfim, o recurso à compreensão não envolve, de modo

³ No original: The integrated perspective involves interpretive understanding a crucial re-requisite for causal explanation in history and social science: it is required on the one hand for elucidating the social and cultural meaning of what is to be causally explained, and on the other hand for attaining knowledge of the processes that connect cause and effect.

algun, qualquer modalidade de intuição e nada deve a qualquer tipo de psicologismo. (COHN, 2003, p. 122)

Nesta passagem o que Cohn salienta não é a exclusão da interpretação intuitiva, mas que a mesma não se refere ao mecanismo da empatia em relação ao ator social por parte do observador, e sim diz respeito aos valores determinantes de tal ação, tal que “a observação de regularidades da conduta implica considerar as linhas alternativas de ação abertas para os sujeitos pelos valores vigentes no contexto em que agem” (COHN, 2003, p. 122). Logo, o que Cohn busca esclarecer é que a interpretação intuitiva de Weber não procura a dimensão psíquica do agente, mas sim a *experiência* de tal agente, pautadas, também na dimensão valorativa.

Depois de diferenciar entre compreensão racional e não racional, Weber introduz uma nova distinção na primeira. Ou seja, a compreensão racional se subdivide em atual ou explicativa. Vejamos a diferença entre as duas.

Na compressão atual o entendimento da ação será formulado no momento em que a mesma transcorre, isto é, quando um ator social utiliza de uma preposição matemática. Por exemplo, nós entendemos o sentido de $2 \times 2 = 4$, pois tal preposição se apresenta de maneira lógica para o observador, ou seja, como uma compreensão direta de pensamento. Da mesma forma, quando observamos a fisionomia e os gestos de um ator em um acesso de cólera, pode-se compreender como tais gestos se enquadram em um rompante de raiva, quer dizer, há uma compreensão direta de reações.

Na **compreensão explicativa** o entendimento da ação se figura a partir das circunstâncias que influenciam a mesma, isto é, se compreende os *motivos* que têm em mente aquele que realiza determinada ação. Por exemplo, ao ver um ator em um caixa de supermercado utilizando da preposição $2 \times 2 = 4$, podemos, a partir das circunstâncias, entender que o mesmo a utilizou para devolver o troco corretamente: “a preposição adquire uma conexão de sentido compreensível para nós (compreensão racional de motivação)” (WEBER, 2004, p.6). O mesmo ocorre em relação às ações irracionais. Quando um ator rompe em lágrimas, podemos, a partir da situação que o circunda, estabelecer uma compreensão explicativa de tal rompante.

Para fins de uma melhor elucidação de tal compreensão, recorro a explicação de Julien Freud, segundo o qual a compreensão explicativa “é indireta, porque faz intervirem os motivos dos atos na captação do

sentido. Compreendo, dessa maneira, o sentido que uma pessoa dá a uma operação de cálculo quando a vejo mergulhada em um problema de contabilidade” (FREUND, 2003, p.73).

Para concluir esse tópico, podemos dizer que ao observar um ator social desempenhando determinada ação, o observador busca apreender os fenômenos sociais que circunscrevem e influenciam tal ação, o que implica na compreensão de que o agente social dispõe de dados e razões únicas para agir de determinada forma. Logo, compreender o motivo de determinada ação é conhecer como e porque em determinada situação social aquele agente optou por agir de determinada maneira. Como elucida Gabriel Cohn

(...) o ponto de partida da análise sociológica só pode ser dado pela ação de indivíduos e que ela é “individualista” quanto ao método. Isso é inteiramente coerente com a posição sempre sustentada por ele, de que nos estudos dos fenômenos sociais não se pode presumir a existência já dada de estruturas sociais dotadas de um sentido intrínseco; vale dizer, em termos sociológicos de um sentido independente daqueles que os indivíduos imprimem às suas ações (COHN, 2003, p. 26, grifo do autor).

A compreensão, desta forma, busca a apreensão do sentido visado pelo agente. A ação é formada não apenas por aquilo que pode ser entendido por meio da lógica matemática de fundamentos racionais, mas também das experiências pelas quais aquele ator social já passou, além de seu contexto social próprio. Assim sendo, para que o observador obtenha êxito na sua tarefa ele deve dispor tanto da compreensão racional quanto da compreensão intuitiva: a partir da união de ambas o sociólogo pode alcançar a evidência da ação social.

2.2. Racionalidade descendente-desviantes

Como explanado anteriormente, a compreensão explicativa busca compreender os motivos pelos quais um ator social desprende determinada ação a partir da circunstância em curso. A evidência da ação se mostrará tão mais clara quanto mais racional for a ação social. Segundo Julian Freud, a ideia de evidência configura um conceito hierárquico de racionalidade. O autor estipula que o grau mais elevado da evidência seria a compreensão intelectual de uma atividade racional.

Quanto mais a ação social se afaste da compreensão racional e exija uma compreensão intuitiva, mais o observador fica refém de seu histórico de experiências. Assim, Freund estipula que

A evidência da compreensão pode ser, portanto, perturbada quer pela intervenção de elementos exteriores incompreensíveis, como o acidental, quer pelo espanto psicológico quando vemos duas pessoas reagir de maneira diferente a uma mesma situação. O mesmo acontece com a compreensão dos motivos, quando as razões confessadas não passam de pretextos que exprimem um equívoco que está no íntimo da alma de outrem, ou ainda quando os indivíduos são dominados por desejos contraditórios. (FREUND, 2003, 74).

Peguemos como exemplo um conflito entre estudantes e militares ocorrido em 25/03/2015, conhecido como o Levante do Bosque⁴, no qual os últimos utilizaram da coerção sobre os primeiros e busquemos compreender de maneira racional-explicativa a ação das forças policiais.

Para que tal entendimento seja sociologicamente possível, precisamos estabelecer como decorreria tal situação sem a influência das emoções na mesma, ou seja, se todo o curso houvesse transcorrido de maneira racional. Ao fazermos este exercício estamos criando um tipo ideal, uma das principais ferramentas metodológicas de Weber, para o qual

Queremos sublinhar desde logo a necessidade de que os quadros de pensamento que aqui tratamos, “ideais” em sentido puramente lógico, sejam rigorosamente separados da noção do dever ser, do exemplar. Trata-se da construção de relações que parecem suficientemente motivadas para a nossa imaginação e, conseqüentemente,

⁴ A Polícia Federal (PF) fez, no dia 25/03 uma operação contra o tráfico de drogas no bosque da UFSC, localizado atrás do centro de filosofia e ciências humanas (CFH). Na operação, um aluno foi retido, os demais alunos e professores, em ato de protesto, bloquearam a viatura da Polícia para que a mesma não saísse do campus. Em resposta a PF solicitou a vinda da Tropa de Choque, que abriu fogo contra os estudantes e professores.

„objetivamente possíveis, e que parecem adequadas ao nosso saber nomológico (WEBER, 2004, p. 107, grifos do autor)

Com o intuito de estabelecer a natureza epistemológica do conceito, Weber cria o tipo-ideal ou tipo puro. No caso da compreensão racional da ação, tal consiste em estabelecer um tipo puro de determinada ação, de maneira que a mesma fosse perfeitamente racional, tal que

é conveniente verificar primeiro como se teria desenrolado a ação caso se tivesse conhecimento de todas as circunstâncias e de todas as intenções dos protagonistas e a escolha dos meios ocorresse de maneira estritamente racional orientada pelo fim, conforme a experiência que consideremos válida. Somente esse procedimento possibilitará a imputação causal dos desvios às irracionalidades que os condicionaram. Em virtude de sua compreensibilidade evidente de sua inequivocabilidade – ligada a racionalidade-, a construção de uma ação orientada pelo fim de maneira estritamente racional serve, nesses casos, a sociologia como tipo (“tipo ideal”). (WEBER, 2009, p.5).

Para continuarmos com o exemplo anterior, poderíamos reconstruir a ação policial no Levante do Bosque caso a polícia possuísse o conhecimento de todas as variáveis envolvidas antes de desempenhar sua ação. O delegado que estava no comando fora afastado do cargo, a repercussão midiática foi de grande escala atraindo a atenção da população para a PF, tanto de maneira negativa quanto positiva. Se o mesmo soubesse de tais conseqüências, possivelmente não teria escolhido a força como meio para a ação. Em congruência, colocamos como ponto de tensão o fato da operação ter durado quatro horas, marcadas pela pressão dos alunos e professores e tentativas de diálogos frustrados, resultando em afetos como raiva e impaciência, que influenciaram na decisão do delegado.

Desta forma, podemos compreender a importância instrumental do conceito de tipo-ideal para o método da sociologia compreensiva. De acordo com Monteiro e Cardoso, é possível esquematizar dois aspectos explicam que a necessidade de tal conceito para a metodologia

Um constructo de tipo ideal cumpre duas funções básicas: i) fornece um caso limitativo com o qual os fenômenos concretos podem ser contrastados; um conceito inequívoco que facilita a classificação e a comparação; ii) assim, serve de esquema para generalizações de tipo (...) que, por sua vez, servem ao objetivo final da análise do tipo ideal: a explicação causal dos acontecimentos históricos (MONTEIRO & CARDOSO, 2002, p. 14)

Após construir um tipo puro como tal, ele é aplicado à situação real ocorrida e os elementos que fogem do padrão de racionalidade entram na categoria de desvios.

Importante esclarecermos que o autor não busca e não afirma que as ações reais deveriam ser guiadas de maneira puramente racional, afirmando inclusive que a maioria de nossas ações está permeada de elementos ilógicos. Porém, como a compreensão dos primeiros está ligada a dimensão da experiência do observador, se faz necessário estipular um padrão racional, segundo a qual todas as ações possuem um grau máximo de evidência, podendo ser compreendida a partir de sua dimensão lógica/matemática.

A racionalidade na compreensão da ação é de fundamental importância, uma vez que o autor utiliza-se da mesma para criar a ferramenta de análise do sociólogo. Chamo a atenção desse ponto para evitar uma interpretação errônea, como se em Weber houvesse um preconceito racionalista, como se ele acreditasse que todos os atores são metafisicamente racionais. Não é esse caso, pois como o observador não pode ficar refém apenas de sua compreensão intuitiva, a racionalidade permite uma compreensão objetiva e fundamentada do agir social. Logo, a racionalidade aqui é utilizada de maneira metodológica e é disposta como padrão para se medir seu grau de aproximação ou distância em relação a ele.

CAPÍTULO III

A RACIONALIDADE NA PERSPECTIVA DO ATOR SOCIAL

Neste capítulo queremos demonstrar como no esquema weberiano a racionalidade do ator social é pensada de baixo para cima, ou seja, como processo de racionalização e não como desvio. Diferente do modo anterior, não se trata de um processo descendente, mas ascendente. Desta forma, partiremos do tipo racionalmente puro passando para aqueles que se utilizam, além da razão, de outros elementos para compor a ação social. Da mesma forma, queremos demonstrar que, em se tratando do caráter racional na perspectiva do ator social não existe hierarquia entre os tipos de racionalidade.

A análise da racionalidade na perspectiva do ator será feita a partir dos quatro tipos de ação social formulados por Weber, os quais já foram previamente esboçados (em sua estrutura epistemológica global) no capítulo 01 e que agora serão retomados para uma análise individualizada. O capítulo está organizado em duas partes. Na primeira parte detalhamos as características de cada tipo de ação, prestando atenção em sua individualidade. Na segunda mostramos como a racionalidade é apresentada por Weber como uma forma de orientação para o sujeito social. Nesse caso desvendamos como a racionalidade (de fins e de valores) constitui uma das lógicas constitutivas da ação.

3.1. Racionalidade ascendente-progressiva

Começamos, pois, pela análise particularizada e individualizada das características internas de cada um dos tipos de ação. Em suas notas de rodapé, invertendo o que faz no cabeçalho do parágrafo 03 do capítulo I de Economia e Sociedade, a racionalidade da ação é apresentada por Weber como sendo ascendente. A racionalização é definida por ele como um processo de passagem do “irracional” para o “racional”. Por isso, temos que começar nossa exposição pela ação tradicional, que ele a assim define

O comportamento estritamente tradicional (...) encontra-se no limite e muitas vezes além daquilo que se pode chamar, em geral, de ação orientada “pelo sentido”. Pois frequentemente não passa de

uma reação surda a estímulos habituais que decorre na direção da atitude arraigada. A grande maioria das ações cotidianas habituais aproxima-se desse tipo, que se inclui na sistemática não apenas como caso-limite mas também porque a vinculação ao habitual (...) pode ser mantida conscientemente, em diversos graus e sentidos. (WEBER, 2004, p. 15)

Age de maneira tradicional, tal qual na maneira afetiva, aquele que não orienta sua ação tendo por base um conjunto dos meios possíveis segundo o qual o ator poderá escolher aquele se enquadra como o melhor para percorrer o fim almejado, da mesma maneira que não projeta as consequências futuras de seus atos. O agir transcorre a partir de uma reação habitual imposta pelos costumes sociais ou culturalmente interiorizada. Diferentemente da ação afetiva, neste caso, o que determina a não racionalidade da ação não está vinculado ao pólo das perturbações, mas no que se refere a dimensão não reflexiva da ação, como se tal transcorresse tão naturalmente tornando dispensável para o ator refletir a respeito da mesma.

O caráter da ação social tradicional pode ser exemplificado de forma clara a partir deste trecho da obra o Hobbit de Tolkien. Enquanto para Bilbo sua ação de desejar bom dia não passa de um comportamento estritamente tradicional vinculada ao hábito, e ele a faz cotidianamente, sem se preocupar com a dimensão reflexiva, Gandalf traz a dimensão reflexiva, tal que

-Bom dia! - disse Bilbo, sinceramente. (...) Mas Gandalf lançou-lhe um olhar por baixo de suas longas e espessas sobranceiras, que se projetavam da sombra da aba do chapéu.
 - O que você quer dizer com isso? - perguntou ele.
 - Está me desejando um bom dia, ou quer dizer que o dia está bom, não importa que eu queira ou não, ou quer dizer que você se sente bem neste dia, ou que este é um dia para se estar bem? (TOLKIEN, 2002 p.7).

Ainda no plano do irracional temos a ação afetiva, apresentada como segue:

O comportamento estritamente afetivo, está, do mesmo modo, no limite ou além daquilo que é a ação conscientemente orientada “pelo sentido”; pode ser uma reação desenfreada a um estímulo não-cotidiano. Trata-se de sublimação,

quando a ação afetivamente condicionada aparece como descarga consciente do estado emocional: nesse caso encontra-se geralmente (mas nem sempre) no caminho para a “racionalização” em termos valorativos ou para a ação referente a fins, ou para ambas. (WEBER, 2004, p. 15, grifos do autor.)

A ação afetiva é caracterizada como um impulso emocional/passional que leva o agente a agir sem ter conhecimento reflexivo prévio do que a sua ação poderia gerar (projeção das consequências). Há também uma ausência de escolha a respeito de quais os meios possíveis para desenvolver sua ação, uma vez que o meio, neste caso, é apenas o acometimento emotivo, da mesma forma que não visa um fim para a sua ação.

Tal ação está fundamentada no plano irracional, pois nela não existe o elemento de reflexão consciente a respeito nem dos meios nem dos fins ou consequências da ação social. A compreensão aristotélica da paixão era entendida como o sendo qualquer sentimento capaz de imputar mudança no comportamento normal do indivíduo, influenciando no julgamento do mesmo. Vinculada apenas ao plano das emoções, o ator social, neste caso, não apresenta nenhum grau de racionalidade, o mesmo deixa que sua ação seja determinada e desenvolvida a partir das emoções.

O crime passional se apresenta como um bom modelo da ação afetiva. Aquele que comete um crime cometido por cólera, ira ou amor fugaz é, aos olhos da lei, colocado na categoria de homicídio privilegiado⁵, a definição do crime passional é tal que

⁵ O art. 133º CP consagra hipóteses de homicídio privilegiado em função, em último termo, de uma cláusula de exigibilidade diminuída legalmente concretizada. A emoção violenta compreensível, a compaixão, o desespero ou um motivo de relevante valor social ou moral privilegiam o homicídio quando e apenas quando “diminuem sensivelmente” a culpa do agente. Esta diminuição não pode ficar a dever-se nem a uma imputabilidade diminuída, nem a uma diminuída consciência do ilícito, mas unicamente a uma exigibilidade diminuída de comportamento diferente.

por criminoso passional não se deve entender todo indivíduo que comete o delito, por vezes, num qualquer estado passional. (...) delinquente passional é aquele, antes de tudo, movido por uma paixão social. Para construir essa figura de delinquente concorre a sua personalidade, de precedentes ilibados, com os sintomas físicos — entre outros — da idade jovem, do motivo proporcionado, da execução em estado de comoção, ao ar livre, sem cúmplices, com espontânea apresentação à autoridade e com remorso sincero do mal feito, que, frequentemente se exprime com o imediato suicídio ou tentativa séria de suicídio. Esta classificação dos criminosos advinha de uma nova postura perante a questão da gênese da ação criminosa que, estava na paixão. A paixão era o móvel da ação criminosa. Contudo, por ser uma força incontrolável, não atingia somente os indivíduos “perversos”, os bons cidadãos podiam ser atingidos pelas explosões da paixão.(FERRI, 2009, p. 31)

Ultrapassados os planos anteriores estamos, enfim, no plano racional no qual vamos encontrar uma nova bifurcação entre dois tipos de móveis racionais: os fins e os valores. **A ação racional relacionada a valores** vem definida como segue

Age de maneira puramente racional referente a valores quem, sem considerar as consequências previsíveis, age a serviço de sua convicção sobre o que parecem ordenar-lhe o dever, a dignidade, a beleza, as diretivas religiosas, a piedade ou a importância de uma “causa” de qualquer natureza. Em todos os casos, a ação racional referente a valores (no sentido de nossa terminologia) é uma ação segundo “mandamentos” ou de acordo com “exigências” que o agente crê dirigidos a ele. (WEBER, 2004, p. 15 grifos do autor)

A ação relacionada a valores implica uma racionalidade não ligada ao cálculo instrumental/matemático, mas em uma racionalidade de ordenação de preferências, no sentido de que o agente escolhe agir segundo determinado valor ou máxima. Este valor não existe por lhe ser culturalmente implicado ou habitualmente internalizado, pois ele a escolhe racionalmente, determinando que tal ação deva ser regida por

determinado postulado que não visa um fim externo: a forma como ele transcorre sua ação é um fim em si mesmo.

O ator social orienta sua ação pelos fins últimos determinados por valores/postulados, age de acordo com ou a serviço de seus próprios princípios valorativos. Age de determinada maneira por crer que esta é a forma correta ou honesta de se agir. Não percorre um objetivo previamente estipulado, pois a ação valorativa é considerada um fim em si mesma.

Foi a partir de tal ação que Max Weber realizou sua pesquisa a respeito de como a ética protestante levou ao desenvolvimento do espírito capitalista, mostrando a relação de causalidade entre indivíduos que agem de acordo com a máxima protestante do trabalho e acúmulo de capital, sem terem previamente determinado que o fim de tal ação levaria as condições materiais e subjetivas necessárias para o desenvolvimento do espírito capitalista. Desta forma, o melhor exemplo para elucidar tal ação social, foi pensado pelo próprio Weber: um ator, ao agir segundo os postulados do protestantismo, isto é, desenvolvendo seu trabalho segundo vocação e não usufruindo do fruto de tal trabalho, está agindo de uma maneira estritamente racional relacionada a valores.

No mesmo plano hierárquico temos a ação **racional relacionada a fins**, definida por Weber da seguinte maneira

Age de maneira racional referente a fins quem orienta sua ação pelos fins, meios e consequências secundárias, ponderando racionalmente tanto os meios em relação as consequências secundárias, assim como os diferentes fins possíveis entre si: Isto é, quem não age nem de modo afetivo (e particularmente não emocional) nem de modo tradicional. (WEBER, 2004, p. 16, grifos do autor).

Uma ação se classifica como racionalmente orientada com relação a fins sempre e na medida em que o agente estabelece uma relação de avaliação prévia entre os fins desejados, os meios pelos quais ele possa perseguir esse fim, assim como as consequências secundárias derivadas de sua ação.

O cálculo é o característico desse tipo de ação. Implica sua caracterização como instrumental, imputando como racional a ponderação dos elementos da ação (reflexão a respeito dos meios e fins), estabelecendo-se de acordo com uma lógica econômica a partir da

premissa da maximização do ganho (quais os melhores meios para se obter os melhores fins). Em outras palavras, o indivíduo parte a sua ação almejando um fim e considera as possíveis consequências tanto de seu fim quanto dos meios que ele usará para percorrer o mesmo. Ele utiliza racionalmente as expectativas e comportamentos dos objetos ou de indivíduos como meio para o atingir seu objetivo.

Como exemplo de uma ação racional com relação a fins, podemos citar um corretor vendendo ações na bolsa de valores. A calculabilidade que o ator exerce é pautada na lógica do mercado, equilibrando quais as melhores alternativas para aplicar o seu dinheiro. Caso as suas ações estejam em alta poderá vendê-las por um preço elevado e obter uma segurança financeira, ou manter o investimento aumentando seu lucro futuramente, porém aceitando o risco de que a ação poderá desvalorizar, acarretando em uma perda de lucratividade. Tal reflexão sobre qual a melhor alternativa para perseguir o fim almejado, nesse caso a lucratividade, caracteriza esta ação social.

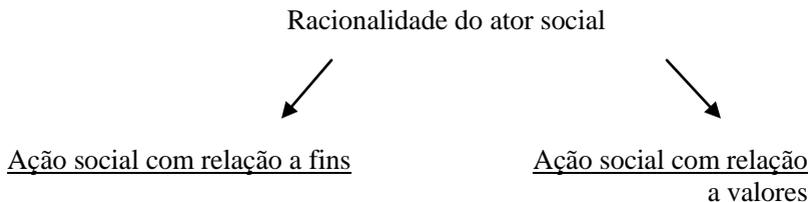
3.2. Racionalidade dual (instrumental e valorativa).

A partir da elucidação feita à cima podemos perceber que a racionalização da ação social quando analisada em torno das quatro ações sociais, possui um caráter de ascendente, isto é, parte da ação tradicional e afetiva e conforme a racionalidade se mostra mais latente atinge a ação racional com relação a fins e com relação a valores. A ideia de ascensão da racionalidade na lógica do ator social é pautada no grau de racionalidade que o mesmo utiliza no momento que desempenha sua ação. Porém, a ação tradicional não é menos racional que a ação afetiva, ambas são irracionais, o que difere uma da outra é o próprio motor da ação. Enquanto na primeira o ator a desempenha devido a um hábito, na segunda é impulsionada por meio de um afeto. O mesmo ocorre com a ação racional relacionada a fins e a ação racional relacionada a valores, uma não é mais racional que a outra, ambas estão no mesmo patamar de racionalidade. A quebra de hierarquia em relação as duas ações sociais deve ser analisada a partir da seguinte nota do presente no capítulo I de *Economia e Sociedade*

A decisão entre fins e consequências concorrentes e incompatíveis, por sua vez, pode ser orientada racionalmente com referência a valores: nesse caso, a ação só é racional com referência a fins no que se refere aos meios. Ou também, o agente, sem orientação racional com referência a valores,

na forma de “mandamentos” ou “exigências”, pode simplesmente aceitar os fins concorrentes e incompatíveis como necessidades subjetivamente dadas e coloca-los numa escala segundo sua urgência conscientemente ponderada, orientando sua ação por essa escala, de modo que as necessidades possam ser satisfeitas nessa ordem estabelecida (princípio da “ utilidade marginal”). (...) Do ponto de vista da racionalidade referente a fins, entretanto, a racionalidade referente a valores terá sempre caráter irracional, e tanto mais quanto mais eleve o valor pelo qual se orienta a um valor absoluto; pois quanto mais considere o valor próprio da ação (...) tanto menos refletirá as consequências dessa ação. (WEBER, 2004 p.16)

Neste trecho Weber nos mostra que ambas possuem o mesmo grau de racionalidade, enquanto a ação racional com relação a fins figura um tipo de racionalidade pura, lidando com fins meios e consequências, a ação com relação a valores possui o mesmo tipo lógico de racionalidade, ao estabelecer o princípio valorativo como fim em si mesmo e utilizar dos meios adequados para atingir tal fim. O distanciamento desta lógica de racionalidade ocorre, concomitantemente, quanto mais o ator se distancia da reflexão a respeito do valor-consequência ao qual ele segue, ex: ataques terroristas, quanto mais a ação se guia por um valor cego mais ela se afasta da reflexão a respeito da consequência da mesma. Logo, ação valorativa é tão racional quanto a ação com relação a fins, pois é capaz de estabelecer a conexão lógica de fins (valores) e consequências. Para elucidar melhor a ideia podemos criar um esquema da seguinte forma:



<p>Racionalidade: Capacidade de estabelecer uma conexão lógica entre fins, meios e consequências da ação.</p>	<p>Racionalidade: Capacidade de estabelecer uma conexão lógica do valor (fim) e sua consequência, mesmo sendo incompatível ele reconhece a mesma e a aceita.</p>
--	---

A paridade do grau de racionalidade presente nestes dois tipos de ação social é defendida por Wolfgang Schluchter quando o autor aponta para como a teoria da ação social weberiana é caracterizada pela dimensão fim e meio. Compreende-se segundo Weber que fim significa “representação de um resultado, que se torna causa da ação” (SCHLUCHTER, 2014, p.221). Partindo da premissa que o fim e o meio são os pontos iniciais e finais de uma ação racional, como poderíamos compreender o elemento do valor? Weber não definiu claramente este último, relacionando-o sempre a outras dimensões, como ideias de valor ou valores culturais. Desta forma, o intérprete aponta para a definição de valor como sendo algo empírico, corelacionado a esfera da validade, formulando-a da seguinte maneira: o valor consiste para a sociologia compreensiva numa representação de validade que se torna a causa de uma ação. Logo, o valor passa a ser, neste sentido, o próprio fim da ação social.

Chamo atenção para que não ocorra um erro de interpretação, não estamos definindo valor e fim como sinônimos, isto imputaria que a ação valorativa fosse um sub-tipo da ação racional relacionada a fins, este não é o caso. Ambas são diferentes no que se refere à orientação da ação, sua paridade está no grau de racionalidade.

No plano do empírico, a ação com relação a valores e a ação com relação a fins, muitas vezes se misturam, isto é, um ator social, ao estabelecer um fim para orientar sua ação, dificilmente irá ser imune à influência do valor. Para fins de uma elucidação, tomemos como exemplo um empresário que quer abrir um negócio cujo fim é acumular o máximo de capital possível. Em sua busca ele percebe que o tipo mais rentável é uma indústria madeireira. Sabe-se que tais indústrias estão em

constante disputa com as organizações que protegem o meio-ambiente e supondo-se que o tal empresário possua uma forte consciência cívica (valor) ele opta pela segunda opção mais rentável, uma vez que, o meio sofreu influência de um valor, apesar do fim não o ter sofrido.

O mesmo ocorre com a ação racional com relação a valores. No decorrer da ação o ator social utiliza da reflexão a respeito de fins e consequências, imputando um vínculo com o todo social, pois

Não existe nenhuma ação que não abrigue, igualmente “expectativas do comportamento de objetos do mundo exterior e de outros indivíduos” e que não considere, ainda que de modo rudimentar, a oposição entre os fins, os meios e suas condições (SHCLUCHTER, 2014, p.222).

A forma como a racionalidade utiliza-se da realidade é mais uma forma de distinção entre essas duas ações: “uma ação orientada por uma racionalidade final cria um modelo *da* realidade, enquanto a racionalidade valorativa um modelo *para* a realidade” (SHCLUCHTER, 2014, p.222).

O fio tênue que separa a ação racional relacionada a valores e a ação tradicional pode ser entendido de acordo com a intenção da ação. Se observássemos uma ação social ocorrida da seguinte forma: um ator social indo à casa de um parente religioso e ao chegar pede benção, teríamos um caso de ação valorativa ou tradicional? O que diferenciaria ambas, neste caso? Segundo a ação social com relação a valores, o ator empreende a ação de forma consciente, compreende o resultado e os meios de seu ato. Já na ação tradicional o ator estaria sendo motivado por um hábito, agindo por um impulso rotineiro.

O processo de ascensão da racionalidade na tipologia da ação social a partir do agente é entendida como um processo de racionalização deste conjunto de ações sociais, partindo das duas irracionais e alcançando a racionalidade ao atingir as duas ações racionais, uma vez que:

Quanto mais rigorosa a racionalidade referente a fins em suas ações, tanto maior a semelhança de suas reações perante determinadas situações. Disto decorrem homogeneidades, regularidades e continuidades na atitude da ação, as vezes muito mais estáveis do que as que existem quando a ação se orienta por normas e deveres considerados de fato “obrigatórios” por determinado círculo de

pessoas. Esse fenômeno de que a orientação exclusiva pela situação de interesse, próprios e alheis, produz efeitos análogos ao que se procura impor- muitas vezes em vão- pelo estabelecimento de normas, provocou grande interesse especialmente na área econômica: pode-se dizer que foi uma das fontes do nascimento da economia como ciência. Existe, entretanto, de forma análoga, em todos os domínios da ação. Constitui, por seu caráter consciente e internamente independente, o pólo oposto de todas as espécies de vinculação interna mediante a submissão ao “costume” puramente habitual, bem como de toda a entrega a normas em que se acredita, orientando-se por um valor. Um componente essencial da “racionalização” da ação é a substituição interna do costume habitual pela adaptação planejada a determinadas situações de interesse. Esse processo, no entanto, não esgota o conceito de “racionalização” da ação. Pois pode suceder que esta ocorra, de maneira positiva, em direção a uma racionalização consciente de valores, porém, de maneira negativa, as custas não apenas do costume mas igualmente da ação afetiva, e finalmente também em direção ação puramente racional referente a fins e não crente em valores, as custas da ação racional referente a valores. (WEBER, 2004 p.18-19)

A partir desta nota, o autor começa estipulando mais uma característica da racionalidade com relação a fins, a qual, além de utilizar da ponderação lógica entre meios, fins e consequências é guiada peremptoriamente pelo interesse do indivíduo. Pois bem, como é possível constatar, o processo de racionalização das duas últimas para as duas primeiras podem ocorrer das seguintes maneiras:

- Tradicional para a racional com relação a valores: o costume passe a ser compreendido pelo ator a partir de uma lógica de interesses. Transforma o *caráter* do costume em interesse, possui ele consciência do ato em si. O ator abandona a reprodução mecânica do costume, transformando-o em um valor.

- Afetiva para racional com relação a fins: a partir do mesmo processo, o ator compreende qual seu interesse principal e utiliza dos meios adequados para atingir seu fim. A emoção, neste caso, passa a ser utilizada racionalmente para atingir o fim que o ator almeja.

O caráter racional para Weber é posto a partir de uma evidência lógica ou matemática da ação, sendo possível ser obtida a partir da observação da ação, levando a compreensão. Tal fato não pode ser aplicado as duas últimas (afetiva e tradicional), uma vez que a dedução lógica ou matemática da observação da ação não leva a sua compreensão racional. Desta forma, a compreensão das duas últimas ocorre a partir da interpretação intuitivamente compreensiva (a partir da experiência do observador) só sendo possível caso o mesmo tenha passado anteriormente por situação parecida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise do conceito de racionalidade presente na esfera micro social da metodologia de Max Weber concluímos que nesta dimensão o pensador estabelece dois modos epistemológicos distintos de análise da racionalidade: uma para o observador social e a outra para o agente social. Na primeira a racionalidade é pensada de maneira descendente e na segunda de forma ascendente.

A racionalidade do *observador social* nos remete ao tipo-ideal, isto é, parte de uma definição puramente lógico/matemática de evidência máxima, utilizada como ferramenta metodológica do sociólogo. Tal racionalidade é de caráter descendente, pois ao formar tal conceito de forma pura, o sociólogo deve encaixar a situação real nele e tudo aquilo que foge de tal padrão é posto como desvio ou perturbação.

A partir de tal explanação, vimos que o caráter metodológico da racionalidade difere no esquema sociológico de Weber. Uma coisa é utilizar-se da racionalidade como ferramenta para compreender sociologicamente a ação social, outra coisa é considerar como o próprio ator social mobiliza a racionalidade para a constituição da ação. No primeiro caso a racionalidade é uma perspectiva metodológica do observador social e possui um caráter transcendente (está além do ator). No segundo caso a racionalidade é um princípio formador da ação e possui um caráter imanente (ou seja, está inscrita na própria realidade de modo interno). No primeiro caso o sociólogo opera segundo a lógica do desvio, mostrando como as formas de ação se afastam de um modelo ideal. No segundo caso o ator social opera segundo uma lógica ascendente, passando do plano do irracional para o racional, seja orientando-se por valores, seja orientando-e por interesses e cálculos (que estão no mesmo plano).

Desta forma, estabelecendo estas duas formas de emprego da racionalidade, acredito que os objetivos propostos para este trabalho tenham sido satisfatoriamente alcançados.

Por meio da análise feita no capítulo primeiro mostramos como Weber pode ser considerado um individualista moderado assim como indruzimos o esquema das ações sociais. Primeiro, analisamos a morfologia das ações sociais, e como a mesma pode ser esquematizada e compreendida de diversas formas, para que assim, a abordagem acerca da racionalidade fosse completa e o avanço para o capítulo dois fosse possível. Continuando a análise, no próximo capítulo, abordamos o

primeiro uso da racionalidade, como ferramenta de pesquisa, apontando como neste caso a racionalidade é pensada de forma descendente assim como é utilizada para alcançar a evidência da ação, levando a compreensão. Finalmente, após termos apresentado o enquadramento metodológico, o esquema das ações e a utilização da racionalidade como ferramenta, analisamos a racionalidade enquanto componente da ação social desempenhada pelo agente social. Neste caso ela é entendida a partir de uma lógica de ascendência, os aspectos categorizados como irracionais no processo de compressão da ação aqui são entendidos apenas como componentes da mesma e não como desvio.

A contribuição deste trabalho serve de base para um próximo passo para a compreensão das ações sociais. Uma vez tendo elucidado a forma como a racionalidade se apresenta, também se abre o caminho para uma discussão a respeito de como os elementos irracionais estão presentes no agir e qual os papéis por eles desempenhados na determinação da ação, ou seja, trazer à luz os fenômenos entendidos apenas como perturbações e englobá-los também como elementos de análise, uma vez que o autor, ao apontar tanto para a compreensão intuitiva quanto para o caráter ascendente entre a ação afetiva e ação racional em relação a valores, deixa claro a importância daquilo que foge ao racional.

Tal ideia é de extrema importância para uma compreensão clara da teoria weberiana, uma vez que esclarece como Weber não postula um preconceito racionalista. Ele utiliza da racionalidade para proporcionar uma organização metodológica, mas em nenhum momento o autor defende o predomínio da racionalidade pura nos atores sociais no momento de sua ação social. A mesma se mostra, na maioria das vezes permeada de fenômenos irracionais.

No decorrer deste trabalho esbarrei em alguns importantes obstáculos. Primeiramente adveio o empecilho do idioma e como possuo apenas fluência em inglês alguns textos que seriam importantes para esta discussão se encontravam apenas em alemão. Outra dificuldade encontrada foi a meticulosidade em relação aos termos e conceitos empregados neste trabalho, dado o intuito de não produzir uma interpretação errônea daquilo que estava discutindo.

Por fim, a experiência com a teoria foi muito gratificante, acredito que este trabalho possa ser o começo de uma base para os próximos a serem desenvolvidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Código Penal. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 1995

COHN, Gabriel. Crítica e Ressignificação: Max Weber e a teoria social. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DEMEULENAERE, Pierre. Are there many types of rationality?.In: Papers, Revista de Sociologia, Vol99 p. 515-528. 10/07 2014

EKSTROM, Mats. Causal Explanation of Social Action: The Contribution of Max Weber and of Critical Realism to a Generative View of Causal Explanation in Social Science. Acta Sociologica, , v.2 , p. 107-122. 04/1992.

ELSTER, John. Reason and Rationality. Princeton: Princeton University press, 2009.

ETZRODT, Christian. Advanced Modern Versions of Max Weber's Action Concepts. Ritsumeikan Social Sciences Review, Ritsumeikan, v. 40, n. 4, p. 91-105. 03/2005.

FERRI, Enrico. O delito passional na civilização contemporânea. Campinas: Servanda Editora, 2009.

FRITZ, Ringer. Max Weber's Methodology: The Unification of the Cultural and Social Sciences. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

GARCEZ, Eliane. Weber, Schutz e a busca de “sentido” na ação social: uma análise comparativa. Em Tese, v 11, n , p. 63-90. jan./jun., 2014

MONTEIRO, J. Cauby S. & CARDOSO, Adalberto Trindade. Weber e o Individualismo Metodológico. Anais do 3o Encontro Nacional da ABPC – Associação Brasileira de Ciência Política. Niterói – RJ, Julho de 2002.

SELL, Carlos Eduardo. Weber no séc XXI: Desafios e dilemas de um paradigma weberiano. Scielo, Rio De Janeiro , v. 57, n. , p. 35-71. 03/2014

SCHLUCHTER, Wolfgang. O desencantamento do mundo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014

TOLKIEN, J. R. R. *O hobbit*. Tradução de Lenita Maria Rímoli Esteves et al. São Paulo: Martins Fontes, 2002

TOLKIEN, J. R. R. O senhor dos anéis: a sociedade do anel. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Editora UNB, 2004